

A LIBRAS NA LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS: DESAFIOS E REALIDADES

Rosuíla dos Santos Silva¹
Sandra Regina de Moraes Cunha Rodrigues²
Antonia Ravache Oliveira Silva³
Sandra de Oliveira Moraes⁴

RESUMO

A presente pesquisa reflete a relação da Língua Brasileira de Sinais com a Licenciatura em Letras Português da Universidade Estadual do Piauí (UESPI)/*Campus* Piripiri-PI, observando-se os desafios e realidades dos professores formadores para a promoção do bilinguismo, uma vez que se deve levar em conta aspectos linguísticos da Língua de Sinais e da Língua Portuguesa. Diante dessa visão, as discussões foram norteadas pela questão-problema: Que desafios e realidades os cursos de graduação em Letras Português da UESPI/*Campus* Piripiri-PI enfrentam quanto ao uso da Libras pelo professor formador? Para isso, buscou-se verificar o perfil dos professores formadores dentro das licenciaturas em Letras Português; entender a relação existente entre essas duas línguas e refletir acerca dos desafios que permeiam a atuação do professor formador de Libras e de Letras Português. Para auxiliar na pesquisa, utilizou-se uma abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, além do método da entrevista semiestruturada, a qual foi realizada com o coordenador do curso de Letras Português do *Campus*. O embasamento teórico foi fundamentado em Ribeiro (2013), Quadros (2004), Gesser (2009), Lei nº 10.436/02 e o Decreto nº 5.626/05, entre outros. Dessa maneira, os resultados apontam que para haver a difusão da Libras, faz-se necessário ter professores formadores efetivos no quadro desta IES a fim de um ambiente bilíngue. Portanto, investir em professores formadores de Libras é o melhor caminho para que os discentes universitários possam atuar dentro do contexto do ensino regular ou em outros ambientes sociais de forma exitosa a partir dessa prática bilíngue.

Palavras-chave: Professores formadores, Libras, Letras Português, Bilinguismo.

INTRODUÇÃO

A implantação da Língua Brasileira de Sinais dentro das licenciaturas é uma garantia prevista no decreto nº 5.626/2005, especificamente no art. 3º, § 1º e 2º. Nessa visão, o Surdo ganha um espaço dentro da conjuntura social e educacional, a partir do momento em que se torna um componente disciplinar obrigatório para os cursos de formação de professores. Em

¹ Especialista em Docência do Ensino Superior, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí-IFPI-*Campus*/Piripiri-PI. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí-UESPI. Graduada em Letras Português pela Universidade Estadual do Piauí-UESPI, rosuyla.santos@hotmail.com;

² Mestra em Educação pela Universidade Federal do Piauí-UFPI. Licenciada em Pedagogia-UFPI. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí-IFPI-*Campus*/Piripiri-PI, sandra.morais@ifpi.edu.br.

³ Especialista em Libras - FAEME. Graduada em Pedagogia -UFPI. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí-IFPI-*Campus*/Piripiri-PI, ravache.oliveira@ifpi.edu.br

⁴ Licencianda em Letras/Libras - UFPI. Licenciatura em Pedagogia Faculdade Maurício de Nassau. Professora da Educação Básica. Email: solmorais08@hotmail.com

virtude desse fato, os professores formadores necessitam se apropriar da Língua de Sinais através de pesquisa, ensino ou extensão ou, quando houver financiamento, indicar o órgão de fomento para instrumentalizar os futuros profissionais de educação no manejo em sala de aula com alunos surdos e demais especificidades.

A efetivação do supracitado Decreto tem aberto caminhos, no sentido de proporcionar qualidade aos alunos surdos, tendo em vista o preparo adequado dos professores para trabalho com a Língua de Sinais. Com o reconhecimento dessa língua com todos os seus aspectos linguísticos, criam-se reflexões pertinentes ao professor, pois a ele é atribuído à responsabilidade de intermediar o processo da comunicação com surdos e ouvintes, utilizando-se da Libras e da Língua Portuguesa. Dentro das universidades, por exemplo, precisa-se explorar a prática do bilinguismo para que se formem profissionais preparados para lidar com a pessoa com surdez.

A escolha por esse tema partiu do entendimento de que a Libras e a Língua Portuguesa precisam sempre manter contato entre si para facilitar a comunicação entre surdos e ouvintes. A Língua Portuguesa é considerada primeira língua para ouvintes; e para surdos, trata-se de segunda língua. Nesse sentido, é importante referenciar que o professor formador em Libras no ensino superior precisa desenvolver métodos que possibilitem englobar em seus aspectos linguísticos o domínio da Língua Portuguesa e da Libras. Dessa maneira, pretende-se analisar os desafios e realidades do Curso de graduação em Letras/Português da Universidade Estadual do Piauí (UESPI)/Campus Piri-piri-PI, quanto ao uso da Libras pelo professor formador.

A pesquisa tem a seguinte inquietação: Que desafios e realidades os cursos de graduação em Letras Português da Universidade Estadual do Piauí (UESPI)/Campus Piri-piri-PI encaram diante do uso da Libras pelo professor formador? A partir desse questionamento, buscou-se verificar o perfil dos professores formadores em Libras dentro das licenciaturas em Letras Português; entender a relação existente entre essas duas línguas e refletir acerca dos desafios que permeiam a atuação do professor formador de Libras na licenciatura em Letras Português.

Para auxiliar na pesquisa, utilizou-se uma abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, além do método da entrevista semiestruturada, a qual foi realizada com o coordenador do curso de Letras Português da Uespi-Piri-piri. A fim de embasamento teórico, fez-se a leitura de Ribeiro (2013), Quadros (2004), Gesser (2009), Lei nº 10.436/02 e o Decreto nº 5.626/05, entre outros.

Entendendo que, a construção formativa de professores em Libras pode ser um elemento de mudanças quanto aos saberes nas práticas bilíngues. Para melhor definir, esses saberes estão intrinsecamente ligados ao uso concomitante da Libras e da Língua Portuguesa dentro das relações de ensino-aprendizagem. Práticas, no entanto, que precisam essencialmente da

contribuição da comunidade acadêmica a fim de que se possa ter uma vivência inclusiva mais satisfatória dentro das salas de aula.

METODOLOGIA

Este trabalho é de natureza qualitativa, do tipo estudo de caso. Silveira e Córdova (2009, p.31) esclarecem que qualitativo se refere a “não representatividade numérica”, sem que haja mensuração de valores. Trata-se de uma pesquisa do tipo Estudo de Caso, porque pretende conhecer os fatos a partir de uma unidade.

Para a coleta dos dados, utilizou-se uma entrevista semiestrutura com a contribuição do coordenador dos Cursos de Letras Português da Universidade Estadual do Piauí-Campus Piripiri. A escolha pelo coordenador desse curso, justifica-se pela disponibilidade em dispor de dados importantes para os resultados da pesquisa. E também pelo fato, da indissociabilidade que deve existir entre Libras e Letras Português.

A análise dos dados se dará a partir de três etapas, conforme Bardin (2011):

- a. Perfil dos professores formadores em Libras nas Licenciaturas
- b. Relação entre a L1 e L2
- c. Desafio do professor de Libras na relação com a Língua Portuguesa

Diante dos pontos traçados foi possível construir significativamente alguns elementos que partiram da entrevista para se chegar aos resultados, de acordo com a problemática anteriormente mencionada. Dessa forma, o olhar dessa pesquisa está direcionado para o professor formador em Libras da UESPI /*Campus* Piripiri.

A LIBRAS COMO DISCIPLINA OBRIGATÓRIA NAS LICENCIATURAS

A Libras por ser uma língua natural, com seus aspectos linguísticos próprios apresenta elementos que dimensionam o fazer docente no trato com a língua visuoespacial (Libras) e oral-auditiva (Língua Portuguesa), são por exemplos, os mecanismos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos. Todos esses elementos podem ser amplamente visionados dentro das duas línguas. Dessa forma, diante do olhar para o surdo, não se pode entender Libras sem Língua Portuguesa, porque ambas se envolvem dentro do processo do significante, significado e sentido.

É por meio da aprendizagem da Língua de Sinais que o surdo deve aprender a língua secundária, que é a Língua Portuguesa. Partindo desse ponto, é importante considerar que a

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

aprendizagem dessa língua está ancorada numa perspectiva bilíngue. Diante desse elemento, pode-se contemplar que os currículos acadêmicos estão pouco a pouco, adequando-se a exigências estabelecidas nas legislações.

A Língua Brasileira de Sinais, segundo o decreto 5.626/2005, deve fazer parte do currículo acadêmico dos cursos de formação de professores. Dessa maneira, direciona-se para difusão da Libras na perspectiva do trabalho com o profissional que será o agente transformador da prática pedagógica dentro das escolas, numa visão de inclusão social e educacional. Vale ressaltar:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto. (BRASIL, 2005).

Contudo, o uso da Libras nos cursos de licenciaturas não podem se resumir ao crivo da obrigatoriedade, pois a qualidade educacional é motivada a partir do prazer pelo conhecimento e não pelo o que o torna obrigatório. Desta forma, esta língua de sinais, deve ser trabalhada em sala de aula da melhor forma possível pelos professores. Nesse viés, depara-se com a construção de conhecimento conforme o processo do bilinguismo, ou seja, ensina-se a Libras para o surdo, como primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa, como segunda língua (L2).

Andrade (2013) considera que os surdos deveriam ser preparados a partir do bilinguismo. Por isso, ressalta acerca do processo de formação:

[...]. Entendemos que em qualquer processo de formação, seja inicial ou continuada, é necessário prover professores e licenciados com conhecimento na área de educação bilíngue para a melhoria dos processos educacionais ministrados a alunos surdos na rede comum de ensino, em escolas comuns para surdos, em turmas em que a Libras é língua de instrução, ou em sala de recursos. (2013, p. 42-43)

A implantação de um ambiente bilíngue é favorável para que o surdo tenha acesso à educação, esporte, lazer, entretenimento, entre outros. Nessa ideia, o trabalho do profissional que atua na área da Libras deve permear as duas vertentes: L1 e L2, frente ao olhar do surdo. A necessidade de se formar educadores nesses moldes é possibilitar que “sejam competentes na

Libras e tenham desenvoltura para trabalhar com as crianças e os pais”. (QUADROS, 1997, p.108).

O PROFESSOR FORMADOR DE LIBRAS NA LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS

O surdo teve um percurso histórico traçado por discriminações e retaliações linguísticas. Mas, obteve forças para mudar esse percurso, no sentido de que a Língua Brasileira de Sinais teve um ganho enorme, desde quando surgiram as disposições na Lei nº 10.436/02 e no decreto nº 5.626/05, defendendo à necessidade de docentes para o ensino de Libras, permitindo assim, a difusão da língua. O art. 4º do decreto 5.626/05, destaca que a formação de docentes para o ensino de Libras, deve ser realizado em curso de graduação em licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa.

O professor é o ser em potencial que pode desenvolver diferentes habilidades linguísticas. Entretanto, na comunicação não adianta a compreensão apenas por parte do docente, mas de ambos os lados. Por isso é importância o trabalho conjunto entre Libras e Língua Portuguesa, pois os alunos, conforme Ribeiro (2013, p.41), “não se comunicam através da mesma língua”. Isso significa que são seres diversos, com potencialidades diversas.

A Língua Portuguesa quando está integrada aos aspectos da Língua de Sinais permite que a mediação provocada pelo professor resulte no trabalho docente que de acordo com Therrien *et al* (2007, p.121) trata-se de “um processo educativo de instrução e formação humana (...) a partir do conteúdo de ensino”. É por meio desse processo que se destaca que o uso da Libras não pode ser tratado de forma isolada e nem mesmo a Língua Portuguesa, diante do contexto de ensino para pessoas surdas, pois nenhuma e nem a outra estão a parte das relações sociais. As línguas não são, segundo Gesser (2009, p.39): “uniforme e homogênea”.

O professor formador em Libras e em Letras português deve reconhecer que as línguas têm diferenças, ou seja, suas estruturas são específicas e inerentes, porém “apresentam aspectos comuns que interessam as investigações linguísticas (...)”. (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 17). São importantes, portanto, para ressignificar o aprender.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Universidade Estadual do Piauí/*Campus* Piri-piri-PI oferta cursos de Letras Português na modalidade presencial em quatro turmas, atualmente, divididas nos turnos diurnos e noturno.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

Diante de algumas questões norteadoras acerca do perfil dos professores formadores em Libras, atuante na referida IES, pode-se traçar que o perfil sugerido é o mesmo que consta nos editais de concurso: *Licenciatura em Letras/LIBRAS com Especialização na Área ou em Área afim; ou Licenciatura em Pedagogia ou em Letras/Português com Especialização na Área*. Porém, a seleção depende das normatizações da instituição, seja por meio de processo seletivo ou concurso.

A partir desse perfil é possível inferir que o professor formador em Libras, necessita ter uma formação em licenciatura, como a referidas acima, porém precisam também obter uma especialização na área, a qual possa lhe dar suporte pedagógico para desenvoltura em sala de aula do ensino superior. É fundamental que esse professor formador se envolva nessa perspectiva de inclusão da pessoa com surdez dentro dos vários espaços. Freire (1996, p. 77) afirma que “(...) Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra (...)”. Nesse sentido, o educador deve conhecer da estruturação linguística da língua de sinais e a associar com a língua portuguesa.

Quanto ao uso da Libras dentro desse curso, o coordenador destacou que não há professores efetivos de Libras e nem contratados temporários na área, até a presente data. Porém, diante do recente concurso público, que ofertou 1 vaga para Piri-piri para professores dessa área, tem-se um direcionamento que a disciplina da Língua Brasileira de Sinais possa ser trabalhada na universidade de maneira a contemplar as especificidades da língua, numa perspectiva bilíngue.

A carência por professores formadores efetivos e/ ou contratados que atuem na área da Libras dentro da universidade é enorme. Isso leva a um prejuízo educacional, pois se há um déficit na formação de futuros profissionais, por conseguinte, repercutirá nas práticas pedagógicas a serem desenvolvidas para o benefício da inclusão do aluno surdo em sala de aula. É importante ressaltar que, embora a Lei nº 10.436/2002 tenha estipulado um período de 10 anos a partir da publicação do decreto 5636/2005 para as IES se adequarem, no sentido de ter em seu quadro de pessoal permanente o professor de Libras, para que possa assegurar o uso Libras e da Língua Portuguesa, ainda é necessário avançar para alcançar uma prática efetiva.

Nessa visão, disciplina a Libras, trabalhada dentro dos cursos de formação de professores, não oferece subsídios suficientes para relacionar de forma precisa os conhecimentos linguísticos da Língua Portuguesa e da Língua de Sinais, pois dispõe apenas de 60 h/a, o que minimiza uma assimilação do conteúdo. Os discentes dentro dos cursos de formação de professores devem ter conhecimento das especificidades linguísticas para o envolvimento com a pessoa surda.

A disciplina de Libras deve estar articulada com a estrutura linguística da língua portuguesa. Nesse aspecto, a ementa contempla acerca da *fonologia, morfologia, sintaxe; vocabulário básico: datilologia, números, saudações, pronomes, calendários, adjetivos e verbos*. Diante disso, o professor formador desenvolve sua prática com vista ao reconhecimento da Libras (L1) e Língua Portuguesa (L2) no que se refere ao ensino do aluno Surdo.

Em sala de aula de nível superior, o docente de Libras, assim como os demais professores, utiliza-se da Língua Portuguesa para explanação dos conteúdos. Sobre medida, não é diferente quando se ensina a língua de sinais, pois, para que o discente consiga assimilar uma nova estrutura linguística, é importante estabelecer essa relação. A mediação entre essas duas línguas possibilita um avanço quanto ao processo de letramento do surdo, domínio da leitura e escrita numa perspectiva do bilinguismo. Dessa forma, quando o professor se encontra numa realidade como estrangeiro “se sente impotente diante de um contexto que foge ao seu domínio de interação comunicativa”. (RIBEIRO, 2013, p.41). Por isso, a necessidade de professores que compreendam o processo comunicativo na relação entre surdos e ouvintes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante a compreensão no sentido de que a Libras como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores não pode ser pensada de forma isolada por ter elementos linguísticos próprios, mas é preciso que se desenvolva em consonância com a Língua Portuguesa, ou seja, nos cursos de licenciatura é imprescindível que professores tradutores ou intérpretes utilizem da relação existente entre as duas línguas, para que os discentes assimilem rápido e consigam aplicar nas salas de aula de ensino regular.

A necessidade de professores formadores em Libras para atuar dentro da área de Letras possibilita que o docente trace metodologias que motivem o bilinguismo. Isso porque, o surdo e o ouvinte terão a oportunidade de conhecerem suas línguas concomitantemente, ou seja, não se pode pensar a Língua de Sinais indissociada da Letras Português porque as expressões externas das articulações do surdo serão manifestadas através da língua portuguesa escrita.

Vale ressaltar que há uma carência de professores formadores em Libras para ministrar as disciplinas nos cursos e licenciatura, precisando dessa forma, de contratações e /ou efetivações que impulsionem um avanço quanto ao que apregoa a lei nº 10.436/2002 e o decreto 5.626/2005, acerca da difusão da língua de sinais. Sem profissionais para ministrar os conteúdos, primando pelo bilinguismo, não se obtém êxito quanto à inclusão de alunos surdos no “chão” da sala de aula.

Portanto, investir em professores formadores de Libras é o melhor caminho para que os discentes universitários possam atuar dentro do contexto do ensino regular ou em outros ambientes sociais de forma exitosa. Esse fato se concretiza a partir da prática do bilinguismo que desafia o professor na construção de conhecimentos, auxiliando na aquisição dos aspectos linguísticos próprios de cada língua e as relações estabelecidas entre eles.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Érica. Estudo da Disciplina de Libras em Duas Licenciaturas no Litoral do Paraná. **Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v. 6, n. 1, p. 39-51, jan/jun, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. Revista Eletrônica de Educação, v. 6, n. 1, mai. 2012. Resenhas. ISSN 1982-7199. Programa de Pós-Graduação em Educação

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>> Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/99492/lei-de-libras-lei-10436-02>> Acesso em: 12 mar. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1996.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de Surdos: aquisição de linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Ronice Muller de.; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RIBEIRO, V. P. **Ensino de língua portuguesa para surdos: percepções de professores sobre a adaptação curricular em escolas inclusivas**. Curitiba: Prismas, 2013.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. Métodos Científicos.
GERHARDT, Tatiana Engels; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Coordenado
pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica –
Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre:
Editora da UFRGS, 2009.

THERRIEN, J.; MAMEDE, M.; LOIOLA, F. **Trabalho docente e transformação
pedagógica da matéria**: alguns elementos da gestão do conteúdos no contexto da sala de
aula. In: SALES, J. A. M. de. Et al (orgs). **i**. Fortaleza: EdUECE, 2007, p. 121-138.